

Artigo Selecionado

Kosovo Independente ... de Quem?

(Visão pessoal de um oficial espanhol)

Pedro Enrique Pérez Mayoral()*

1 INTRODUÇÃO

O território do Kosovo proclamou, em 17 de fevereiro de 2008, de forma unilateral e por meio de suas instituições democráticas, a separação da Sérvia e se declarou nação independente de Belgrado. Esta ação era previsível há tempo, depois dos acontecimentos ocorridos nos últimos anos. Para tratarmos de compreender as razões que esgrimem as partes e que levaram a esse desenlace, bem como prever as consequências de todo tipo que poderiam afetar, não só a região, mas também a Europa em seu conjunto, incluindo o resto do mundo, pelo fato deste acontecimento atingir o Direito Internacional, é preciso fazer antes um repasse histórico e aprofundar um pouco nas raízes desse povo localizado em um dos lugares mais agitados do Antigo Continente.

2 APROXIMAÇÃO HISTÓRICA

Kosovo, como entidade política ou territorial diferenciada, apenas existe desde 1945. Antes, seu território foi integrado, parcial ou totalmente, aos domínios da Itália fascista; da potência ocupante da Albânia; da Iugoslávia, consequência da I GM, da Sérvia, e Montenegro; do Império Otomano; do Reino dos Búlgaros; do Império Bizantino e do Império Romano. Alguns autores, para respaldarem as aspirações de soberania, têm sugerido que o Kosovo foi uma região distinta desde a Antiguidade, mas os restos arqueológicos e os registros históricos parecem refutar

essa hipótese. Os habitantes do Kosovo, também, não tiveram continuidade étnica durante sua história: o complexo mapa étnico do território kosovar incluiu latinos, turcos, romenos, “circasianos” (de origem caucásica), e “gorani” (muçulmanos eslavos do sul do Kosovo e de regiões limítrofes da Albânia e Macedônia), além de sérvios e albaneses.

Nos anais históricos, quase não se reconhece o Kosovo até o século XI de nossa era. A região entra na história formando parte do Império Romano; no entanto, não se tem claro se, em sua totalidade integrava a chamada província da Moésia (ribeirinha ao Danúbio, nas atuais Sérvia e Bulgária), ou se foi dividida entre esta e a província da Dalmatia (ribeirinha ao Mar Adriático). No ano 395, ao morrer o imperador Teodosio I, divide-se o Império Romano em dois, Oriental e Ocidental, ficando o território kosovar incluso no primeiro.

Duzentos anos depois, de acordo com as correntes históricas dominantes, podemos ver os sérvios irromperem no cenário originários do Cáucaso norte, onde, já no século II, Ptolomeu os tinha localizado (“serboi”). Esta invasão da Península Balcânica foi muito significativa, pois a população eslava se expandiu profusamente por toda ela, alcançando, inclusive, a Grécia e a Albânia. Uma amostra disso são os topônimos com raízes eslavas que existem nos países balcânicos não eslavos, como é o caso da Kamenica, no norte da Albânia e, também, na Macedônia.

Os albaneses têm origens muito menos claras do que os sérvios. Alguns, apoiando-se na origem do idioma albanês atual, dizem-se descendentes dos ilírios, antigos habitantes dos Bálcãs ocidentais em tempos romanos, embora haja historiadores romenos que sugerem a descendência dos antigos trácios, que habitaram o centro e o leste dos Bálcãs. Historiadores albaneses afirmam que no século VI os ilírios foram forçados por tribos sérvias rumo ao sul no que hoje é Albânia. Entretanto, esta afirmação é questionada por cronistas bizantinos, que datam a chegada de albaneses (“alvanois”) à Albânia atual em meados do século XI, provenientes do sul da Sicília, onde se instalaram depois de terem lutado como mercenários junto aos árabes na conquista das posses bizantinas do sul da Itália, no século IX. Essas tribos albanesas, provavelmente, eram originárias da Albânia do Cáucaso, situada ao norte do Azerbaijão, não guardando muita relação com os ilírios ou trácios, já que falavam uma língua parecida com o azeri. Depois da luta contra Bizâncio, impossibilitados de voltarem para a Itália e rechaçados pelo Império Bizantino, pediram ao Czar sérvio permissão para estabelecer-se na parte montanhosa de seu reino.

O território do Kosovo se encontrava nas franjas externas do Império Bizantino, situado justo no caminho da expansão eslava. De meados do século IX a meados do XI, foi governado por eslavos. O controle bizantino foi reafirmado posteriormente pelo poderoso imperador Basílio “o Matabúlgaros”. Os pequenos reinos sérvios se encontravam ao norte e a oeste do Kosovo, dos quais Raska (atual Ráscia, na Sérvia) e Dioclea (Montenegro e norte da Albânia) eram os mais fortes. Em 1180, o governante sérvio Stefan Ne-

manja assumiu o controle da Dioclea e conquistou parte do Kosovo. Seu sucessor, o rei Stefan Prvovencani, tomou o controle do resto do Kosovo em 1216, criando um estado que incorporava a maior parte da Sérvia e o Montenegro, atuais.

Durante o reinado dessa dinastia – Nemanjic –, muitas igrejas e mosteiros ortodoxos foram construídos em todo o território sérvio, particularmente no Kosovo, que se converteu no centro cultural, econômico, demográfico, religioso e político do reino sérvio. O soberano usou, alternadamente, tanto a sulina cidade kosovar de Prizren como a atual capital Pristina como sedes de sua corte. Grandes superfícies de terra foram outorgadas aos mosteiros ortodoxos pelos sérvios; por isso, a zona, que incluía partes da Albânia e do Montenegro, ganhou a denominação da Metohia ou “terra monástica”. As igrejas mais proeminentes no Kosovo (o Patriarcado do Pec; a igreja da Gracanica, próxima a Pristina; e o mosteiro do Visoki Decani, perto de Decani, ao noroeste do Kosovo) foram todas fundadas durante esse período. Kosovo era o principal centro de comércio sobre as rotas que conduziam aos portos do Mar Adriático, além de possuir importante indústria de mineração.

Quanto à composição étnica da região podemos dizer que os três grupos principais – sérvios, albaneses e romenos – foram nomeados explicitamente em cartas monásticas ou em decretos, sendo a maioria de seus nomes eslavos em comparação com os albaneses. Embora seja certo que sérvios batizaram seus filhos com nomes albaneses e vice-versa, os resultados de um censo efetuado pelos turcos, em 1455, recém conquistada a região, levando em conta a língua e a

religião, concluíram por uma maioria sérvia. Do que parece não haver dúvidas, é que os sérvios compunham a população dominante culturalmente, sendo muito possivelmente, também, a maioria demográfica.

À morte do Czar Stefan Dusan, em 1355, o reino sérvio se dividiu em pequenos feudos, durante anos em constante disputa. Os turcos, aproveitando a oportunidade de tal debilidade, se dispuseram à invasão, enfrentando o exército sérvio no campo de batalha de Kosovo Polje, na tão rememorada pela nação sérvia “Batalha do Kosovo” (28 de junho de 1389), que finalizou com as mortes, tanto do príncipe sérvio Lazar como do Sultão otomano Murab I. Embora a batalha, em princípio, fosse contemplada na história como um fracasso sérvio, com o tempo a opinião foi se modificando, pois a Sérvia manteve sua independência dos turcos e seguiu controlando o Kosovo até 1455, ano em que os turcos o conquistaram.

Consequência do domínio turco, imediatamente o Kosovo experimentou um processo de islamização, inicialmente centrado nas cidades, mas que se expandiu por um período de, pelo menos, um século. Muitos dos habitantes cristãos se converteram diretamente ao islã, provavelmente por razões econômicas e sociais, já que os muçulmanos eram os únicos sujeitos de direitos e privilégios. Não obstante, apesar de tanto as igrejas ortodoxas como as católicas e seus fiéis padeceram de graves cargas tributárias, a religião cristã se manteve.

Continuando sob o controle turco, aos finais do século XVII, Kosovo vai sofrer um dos acontecimentos fundamentais de sua história, provocado pela guerra entre Áustria e Turquia (1683-1699). Em outubro de 1689, uma pequena força austrí-

aca ao mando do Margrave Ludwig von Baden se introduziu em território turco, chegando até o Kosovo, capturando, na passagem, Belgrado. Muitos sérvios receberam com alegria os austríacos e alguns deles se uniram ao exército do Margrave. Tal não ocorreu com os albaneses que lutaram junto aos turcos para se opor ao avanço austríaco. A contra-ofensiva turca do verão seguinte obrigou a retirada austríaca até o norte de Belgrado e, finalmente, através do Danúbio até a Hungria, de onde tinham iniciado o avanço no ano anterior. A contra-ofensiva otomana foi acompanhada por represálias tais contra os sérvios que muitos deles, com o Patriarca da Igreja Ortodoxa Sérvia à frente, viram-se obrigados a fugir com os austríacos. Esse acontecimento foi imortalizado na história sérvia como o Velika Seoba ou “Grande Migração”, um enorme êxodo de centenas de milhares de refugiados sérvios do Kosovo (e do resto da Sérvia) que deixou um vazio, rapidamente ocupado por muitos imigrantes albaneses.

Durante o próximo século e meio, o Império Otomano dominou a Península Balcânica, sem discussão. A partir de 1823, a Grécia obtém sua independência, seguida, ainda durante o século XIX, dos demais países balcânicos: Sérvia, România, Bulgária e Albânia. Já no século XX, depois da Primeira Guerra Balcânica, de 1912, que opôs a Liga Balcânica (Grécia, Montenegro, Sérvia e Bulgária) contra a Turquia, Kosovo foi reconhecido pelo Tratado de Londres (maio de 1913) como uma parte de Sérvia, momento em que mais da metade da população kosovar ainda era sérvia. Em 1918, depois do final da I GM, os sérvios se converteram em parte do recém constituído Reino da Iugoslávia onde, junto a eles, foram obrigados a conviver os ortodoxos montene-

grinos e macedônios, os católicos eslovenos e croatas, e os muçulmanos bósnios e kosovares.

Já em plena II GM, o fracasso da iniciativa italiana de invadir a Grécia, justificando a presença britânica nesse país, obrigou a Alemanha a intervir na península Balcânica. Em princípio, a Yugoslávia aceitou a presença das forças alemãs, mas logo, em plena campanha, o ultimato do novo governo yugoslavo, saído de um golpe de estado propiciado pela Grã-Bretanha, para que a Alemanha retirasse imediatamente suas forças e a proibição de usar seu território, fraturaram esse artifício de nação. A divisão da Yugoslávia se consumou, saindo à superfície todas as tensões e ressentimentos atávicos. A nova distribuição territorial disposta pelas potências do Eixo – Alemanha e Itália – e seus aliados da zona – Hungria, România e Bulgária – fez que a maior parte do território do Kosovo se integrasse na Grande Albânia ocupada pelos italianos, e uma parte menor, ocupada por alemães, na Sérvia e na Grande Bulgária.

Ainda no decorrer da 2ª Grande Guerra, os diferentes territórios da primeira ex-Yugoslavia de então se posicionaram ao lado de cada bando opositor. A Croácia, a Albânia e a Bósnia proporcionaram à *Werhmacht*, cada uma delas, uma Divisão de Voluntários de Montanha das *Waffen SS* (13ª “*Handschar*”, 21ª “*Skanderberg*” e 23ª “*Kama*”). Por sua parte a Sérvia alimentou, a favor da causa aliada, o “Exército Popular de Liberação e Separação Partizana da Yugoslávia” (os partizanos), de inspiração soviética, apoiado pelos norte-americanos e britânicos, perseguindo o inimigo alemão no próprio terreno. Também, na Sérvia se organizaram, contra a ocupação alemã, os anticomunistas partidários da monar-

quia yugoslava (*Chetniks*), mas sem receberam apoio dos aliados por duvidarem de sua confiabilidade. Na Albânia, surgiu a guerrilha comunista de Enver Hoxha, que tomou o poder ao final da guerra. Assim, da mesma forma que as milícias armadas croatas (*Ustachas*), os grupos armados albaneses (*Vulnetari*) locais reprimiram a população sérvia do Kosovo, eliminando uma dezena de milhares de pessoas até 1945. Ao final da guerra e com o “restabelecimento” da Yugoslávia, desta vez sob o regime comunista de Josif Broz “Tito” (de obscura origem croata, perseguiu e eliminou implacavelmente todos os protagonistas anticomunistas desse período), ao Kosovo lhe foi conferido, em 1946, um estatuto de autonomia dentro da Sérvia, convertendo-se em província autônoma em 1963. Mais tarde, em 1974, foi promulgada uma nova Constituição na Yugoslávia e o Kosovo alcançou a plena autonomia. As escolas aplicaram um plano de estudos albanês com os obsoletos manuais do vizinho albanês Enver Hoxha.

Ao morrer Tito, em 1980, uma presidência coletiva de oito membros (seis das Repúblicas da Sérvia, Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Macedônia e Montenegro, e dois das províncias autônomas sérvias do Kosovo e a Voivodina) assume o poder. Durante a década dos 80, a tensão entre albanos-kosovares e sérvios aumentou na província. A comunidade albanesa favorecia cada vez mais a soberania para o Kosovo, enquanto que os sérvios, duramente discriminados, estabeleceram laços mais próximos com o resto da Sérvia. Em agosto de 1987, Kosovo foi visitado por Slobodan Milosevic, então um político em ascensão, que apelou ao nacionalismo sérvio para impulsionar sua carreira política. Tendo reunido em suas

manifestações grandes multidões cansadas das agressões e desmandos sofridos, ele lhes prometeu segurança, dizendo que “ninguém se atreverá lhes golpear”, e se converteu imediatamente no herói dos sérvios do Kosovo; por volta do final do ano, Milosevic tomou o controle do governo sérvio. Em 1989 foi aprovada, mediante plebiscito, uma nova Constituição, que permitiu um sistema multipartidário, introduziu a liberdade de expressão e promoveu os direitos humanos, mas que, em contrapartida, reduziu grandemente os direitos das províncias. Os albanos-kosovares se opuseram fortemente àquela medida e rechaçaram participar da consulta, por quanto, diziam, sendo um plebiscito sérvio e eles uma minoria, sua participação não teria trocado o resultado do mesmo. Entretanto, a nova Constituição teve que ser ratificada pela Assembléia do Kosovo, diante da ameaça de tropas e blindados que rodeavam o edifício. As mudanças constitucionais devolveram o controle da polícia, a justiça, a economia, o sistema de educação, a política linguística e os meios de comunicação oficiais da província autônoma ao governo sérvio. A autonomia do Kosovo, finalmente, desapareceu ao ano seguinte.

Como resultado das mudanças constitucionais, os parlamentos de todas as repúblicas e províncias iugoslavas, até então integrados apenas por deputados do Partido Comunista da Iugoslávia, foram dissolvidos e se realizaram novas eleições multipartidárias. Os albanos-kosovares decidiram realizar suas próprias eleições à margem da população sérvia, mas, ao não alcançar os 50 % de participação do total da população, conforme obrigavam as leis eleitorais, o parlamento do Kosovo não foi constituído. Posteriormente, em 1992, em alguns comícios realizados à

margem da legalidade vigente, foi eleito como “presidente”, por ampla maioria, o líder pacifista Ibrahim Rugova, que organizou uma administração paralela à oficial, reservada esta exclusivamente aos sérvios. Essas eleições não foram reconhecidas nem pelo governo sérvio nem por nenhum outro governo estrangeiro.

A resistência da população albanesa do Kosovo à soberania da Iugoslávia, em especial à da Sérvia, vinha de longe. Já em 1968 estalaram sérios incidentes na capital Prístina, que se repetiram posteriormente em 1981. O líder carismático Ibrahim Rugova advogava pela resistência não violenta, mas os acontecimentos deixavam patente que esta atitude não dava resultados. A resistência se foi organizando política e militarmente, e, a partir de 1996, o chamado “Exército de Liberação do Kosovo” (Ushtria Çlirimtare Kombëtare UÇK), ao comando de Hashim Thaçi, criou um estado de guerra de baixa intensidade com a polícia sérvia e a população, dando como resultado a morte de vários milhares de civis de ambos os lados, até a intervenção da OTAN em 1999. O UÇK repetidamente atacava e perseguia a polícia e a população sérvia, atitudes que levaram, em março de 1998, as unidades antiterroristas do Exército Federal Iugoslavo a se unirem à polícia sérvia para lutar contra os separatistas do UÇK.

Em uma violenta campanha antiterrorista desencadeada pelas autoridades federais, coincidente com uma não menos violenta escalada da ação guerrilheira seccionista, produziu-se o famoso “Incidente do Racak”, em 15 de janeiro de 1999. Nele, segundo versão próxima ao UÇK, a polícia sérvia matou, a sangue frio, 45 civis desarmados. A missão de observação da Organização para a Segurança e Co-

peração na Europa (OSCE) no Kosovo, cuja chefia estava a cargo do diplomata William Walker (antigo responsável nos anos 80 por uma agência de inteligência em El Salvador), deu crédito imediato à dita versão. O massacre foi imediatamente condenado pela imprensa ocidental, inclusive, mesmo antes que tivesse sido investigado. Diversos relatórios forenses realizados à posteriori, entre eles, o realizado pela doutora finlandesa Helena Ranta para a União Européia, levantaram sérias suspeitas sobre o fato de que os falecidos estivessem, realmente, desarmados. Tampouco se informou na imprensa que a zona do Racak era uma “praça-forte” da UÇK; que a ação sérvia se executou como consequência da negativa dos guerrilheiros de dialogar para entregar os responsáveis pelo assassinato de dois policiais sérvios, ocorrido uns dias antes; que os sérvios tinham informado à missão da OSCE da iminência da operação, tendo, inclusive, convidado uma agência de imprensa ocidental (Reuters) para que recolhesse in situ o desenvolvimento da ação; por último, que também houve vítimas sérvias.

Apesar dessas dúvidas e utilizando, de certa forma, o incidente como *casus belli*, a OTAN iniciou uma “guerra não declarada” contra a Yugoslávia, em 24 de março de 1999, em virtude dessa última não haver aceito os Acordos de Rambouillet. Embora a Yugoslávia estivesse disposta a admitir, de novo, o princípio de autonomia para o Kosovo, assim como, as partes não militares do acordo, em troca se negava, terminantemente, a assinar os pontos referentes ao livre acesso das tropas da OTAN e à virtual ocupação pela Aliança Atlântica da totalidade do território yugoslavo, acrescentados à última hora como Apêndice “B”, do ca-

pítulo VII, em que se falava do “Corpo Militar de Paz no Kosovo”. O artigo 7 diz, textualmente: “O pessoal da OTAN não poderá ser preso, interrogado ou detido pelas autoridades da República Federal da Yugoslávia. Se alguma das pessoas que formam parte da OTAN for presa ou detida por engano deverá ser entregue imediatamente às autoridades da Aliança”. Seu artigo 8 diz assim: “O pessoal da OTAN, com seus veículos, navios, aviões e equipamento, deverá poder se deslocar, livremente e sem restrições, por todo o território da Federação de Repúblicas Yugoslavas, o que inclui o acesso a seu espaço aéreo e a suas águas territoriais. Inclui-se, também, o direito das ditas forças a acampar, manobrar e utilizar qualquer área ou serviço necessário à manutenção, adestramento e desencadeamento das operações da OTAN”.

A campanha bélica por parte da Aliança Atlântica foi posta em marcha sem autorização prévia das Nações Unidas, representando um comprometido precedente no que afeta ao Direito Internacional. E mais, os países que deveriam ter conseguido, no Conselho de Segurança da ONU, a correspondente Resolução que autorizasse o início das hostilidades foram os mesmos que utilizaram o direito de “veto” para não prosperar Resolução contrária proposta por outros membros do Conselho de Segurança: a que ordenaria a paralisação dos ataques. A imprensa ocidental se entregou a uma campanha de verdadeira satanização dos sérvios, deixando-os como únicos vitimados no conflito, sem outorgar nenhuma responsabilidade à outra parte, ressaltando, unicamente, os crimes, reais ou supostos, perpetrados por eles. Estes seriam a verdadeira razão de caráter “humanitário” para justificar os bombardeios da OTAN,

em razão dos quais se estimou que cerca de 200.000 pessoas se convertessem em deslocados internos ou refugiados, a maioria deles na Albânia na antiga República Yugoslava da Macedônia, ou no Montenegro. Em qualquer caso, as cifras não são confiáveis, devido à ausência de fontes objetivas.

Os bombardeios da OTAN causaram uma cifra indeterminável de mortos civis – os sérvios os avaliam em 5.000 e o Observatório de Direitos Humanos, em 500 – e a destruição de infra-estruturas e indústrias fundamentais, incluindo outros objetivos como a Rádio-televisão Sérvia e o bombardeio por engano da Embaixada da China em Belgrado, que deixaram inerte e sem capacidade de resposta o Estado Yugoslavo. A orgulhosa Sérvia, centro de gravidade da antiga economia auto-gestionária da Iugoslávia comunista do Tito, independente do Pacto da Varsóvia e também do mundo ocidental, ficou destruída e forçosamente em mãos do oferecimento de reconstrução da União Européia.

Como consequência dos acontecimentos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas ditou, em 10 de junho de 1999, a Resolução 1244 autorizando o emprego de uma força multinacional (KFOR) liderada pela OTAN para contribuir com o processo de consolidação da paz e estabilidade no Kosovo, assegurar a liberdade de movimentos das etnias, proporcionar segurança às minorias, manter um ambiente de segurança dentro de sua zona de responsabilidade, proteger os bens patrimoniais, reconstruir infra-estruturas e manter contatos com as autoridades civis, religiosas, ONG e população civil. Esta força foi composta por um contingente de diversas entidades de 35 nações, 24 pertencentes à OTAN e 11 não

pertencentes, perfazendo um total máximo aproximado – ao princípio da missão – de 50.000 homens, sendo de 16.000 à data da declaração de independência unilateral (17 de fevereiro de 2008). Antes da transferência da autoridade da Sérvia à Aliança, aproximadamente, 300.000 sérvios e outros não albaneses fugiram do Kosovo; um grande número deles ainda vive em campos temporários e refúgios na Sérvia. Na atualidade se estima que dos 2.000.000 de habitantes que há no Kosovo, 120.000 são sérvios, a metade deles concentrados no norte, na zona da Mitrovica.

Apesar da presença das unidades da KFOR, em 17 de março de 2004 estalaram graves incidentes que produziram várias mortes e a destruição de um grande número de igrejas e mosteiros medievais de grande valor artístico. Em 7 de outubro de 2005, a ONU recomendou a iniciação de conversações para atingir um acordo sobre o estatuto definitivo da região, com base no relatório elaborado pelo enviado especial do então Secretário Geral Kofi Annan. Em 26 de janeiro de 2007, o finlandês Martti Ahtisaari, enviado especial da ONU para o Kosovo, deu a conhecer os detalhes de sua proposta para um status definitivo da província, que, embora não fale de independência formal, estabelece um importante grau de autonomia tutelada pela comunidade internacional. Os pontos principais do documento de Ahtisaari estabelecem a presença indefinida de forças internacionais que garantam a segurança, a tutela política da União Européia através de um representante, a possibilidade de que Kosovo firme acordos e peça o ingresso em organismos internacionais, a formação de uma força militar de 2.500 homens com armamento leve, a criação de sete mu-

nicípios sérvios com ampla autonomia e fixa medidas para o amparo do legado histórico e cultural sérvio. Desse modo, prevê a co-oficialidade do sérvio e do albanês, o laicismo do novo estado, a adoção de medidas para garantir a segurança da minoria sérvia do Kosovo e um sistema judicial integrado e independente do sérvio. Este plano foi criticado pelas autoridades sérvias por considerar que abria a porta para que o Kosovo se tornasse independente da Sérvia.

Em 17 de novembro de 2007, se celebraram eleições legislativas e municipais marcadas pela incerteza do futuro status da província. O antigo guerrilheiro do UÇK, Hashim Thaçi, ganhou as eleições com 35% dos votos em meio a uma grande abstenção. Thaçi tinha anunciado que declararia a independência no caso de ganhar as eleições. Em dezembro de 2007, a União Européia (UE) decidiu unilateralmente enviar uma “missão estabilizadora” (EULEX) à região do Kosovo. Encomendou-se ao encarregado da política externa da União, o espanhol Javier Solana, que preparasse o transpasse da missão da ONU no Kosovo para mãos européias. A missão -sem data definitiva para o início- enviaria ao Kosovo 2.000 policiais, juizes e funcionários de alfândega, além de dotações de segurança e defesa, com o fim de que colaborassem na proteção das minorias, especialmente a sérvia. Tal desembarque da UE no Kosovo foi visto pela Sérvia e pela Rússia como “uma ocupação ilegal”. Finalmente, esta missão teve início em 16 de fevereiro de 2008, um dia antes da declaração de independência.

Em 17 de fevereiro de 2008, os 109 deputados do Parlamento do Kosovo votaram a favor da declaração de independência unilateral com respeito à Sérvia.

Atrás de sua aprovação, o presidente do parlamento kosovar, Jakup Krasniqi, afirmou que, a partir desse momento, “Kosovo é um estado democrático, livre e independente”. A população kosovar de origem albanesa saiu às ruas a festejar sua independência, hasteando a bandeira da Albânia e outras, entre as quais se destacavam as dos Estados Unidos, da União Européia e da OTAN. Nos dias prévios à declaração de independência, muitos líderes dos principais países manifestaram seu ponto de vista em relação à possível secessão. Os Estados Unidos, a França, a Alemanha, a Itália e o Reino Unido se mostraram partidários de reconhecer ao novo estado assim que se proclamasse sua independência. Sérvia, Rússia, Chipre, Grécia, Espanha, România e outros países se mostraram resistentes a reconhecer a separação. No dia seguinte à declaração de independência, os países membros da UE adotaram uma resolução conjunta que qualificava o Kosovo como um “caso único”, bem como deixava a cada país membro, “segundo suas práticas nacionais e suas regras jurídicas”, a liberdade de decidir sobre o reconhecimento ou não da independência da antiga província sérvia.

Na Espanha, a notícia da independência do Kosovo foi recebida por todas as forças políticas de âmbito nacional com manifestações de claro rechaço. O Governo do Partido Socialista (PSOE), por meio do Ministro de Relações Exteriores, Miguel Ángel Moratinos, declarou que “não vai reconhecer o ato unilateral porque não respeita a legalidade internacional”. O Partido Popular, por intermédio de seu euro-deputado e membro da Comissão de Exteriores, Gerardo Galeote, qualificou de “má notícia” a declaração de independência da região sérvia. Em-

bora os partidos majoritários espanhóis coincidam em suas apreciações, tal não ocorre com os partidos nacionalistas da Espanha, os quais, evitando as claras diferenças absolutas entre o “caso único” do Kosovo e as “nacionalidades históricas” espanholas, apresentaram suas críticas ao Governo Espanhol pela postura mantida.

Depois da declaração de independência do Kosovo, o primeiro-ministro sérvio, Vojislav Kostunica, condenou a declaração de independência do “falso Estado do Kosovo”, afirmando que se cometeu “uma violação da lei internacional”. O presidente sérvio, também, se mostrou contrário à dita declaração, afirmando que a Sérvia “não reconhecerá nunca a independência do Kosovo”. O dia seguinte à proclamação de secessão, Vojislav Kostunica afirmou que retiraria seu embaixador nos Estados Unidos, pelo apoio que esse país prestou ao Kosovo em sua independência. Desde o momento da declaração de independência se produziram incidentes na Sérvia e nos enclaves sérvios no Kosovo. Em Belgrado, manifestantes atacaram com fogo a embaixada dos Estados Unidos, e em Mitrovica, Belgrado e Banja Luka (capital da República Srpska servo-bósnia) houve manifestações de protesto em que se queimaram bandeiras albanesas e norte-americanas. Dois dias depois da declaração de independência se produziram incidentes na fronteira entre a Sérvia e o Kosovo. Manifestantes sérvios contrários à independência da ex-província sérvia atacaram dois postos fronteiriços, o que requereu a intervenção de militares da KFOR. Em 21 de fevereiro, as principais forças políticas da Sérvia convocaram uma manifestação em Belgrado com o lema “o Kosovo é Sérvia”, à que acudiram dezenas de milhares de sérvios. Depois da marcha alguns ma-

nifestantes atearam fogo à embaixada dos Estados Unidos.

A Rússia declarou que o apoio à autodeterminação com base em motivos étnicos no Kosovo suporia um claro precedente para outras regiões européias – como a Transnístria (franja da Moldávia junto à Ucrânia povoada, principalmente, por russos); no Cáucaso, a Abjásia e a Osétia do Sul (que querem se separar da Geórgia) e o Alto Karabaj (território povoado de armênios incluídos no Azerbaijão) – bem como nos Bálcãs, no caso da já mencionada República Srpska (um das duas entidades que conformam à Bósnia). Depois da declaração de independência, a porta-voz do governo russo nas Nações Unidas, Maria Zarajova, solicitou uma reunião urgente do Conselho de Segurança da ONU. Na data de redação deste trabalho, 22 países reconheceram a nova República, 11 anunciaram que a reconhecerão e 17 manifestaram seu rechaço. Os acontecimentos futuros nos revelarão a viabilidade deste novo Estado, a postura dos até agora resistentes a reconhecê-lo e a possibilidade de seu ingresso na Organização das Nações Unidas. Com relação a este organismo, temos a dizer que a única Resolução vigente a respeito do problema é a de nº 1244, de 10 de junho de 1999; e, conseqüente a ela, o Direito Internacional segue considerando o Kosovo como província integrante da Sérvia.

Nesta aproximação à história do Kosovo pretendemos recolher os acontecimentos mais significativos, que dêem uma visão de conjunto da questão kosovar sem paixões e, sobretudo, sem julgamentos de valor que simplifiquem o problema. Evita-se, assim, que o trabalho, com seu ponto de subjetividade inevitável, seja um prolongamento da versão difundida pelos *mass-média*, limitando seu valor

profissional. A seguir, aprofundaremos nas particularidades das influências que a declaração de independência de 17 de fevereiro produz nas dimensões regional, continental e global.

3 O NACIONALISMO KOSOVAR E OS BÁLCÃS

Antes de desenvolver este subtítulo, vamos especular um pouco sobre o significado do termo “nação”. Para muitos, esse vocábulo está claro e não admite equívocos nem visão distinta à própria; e têm razão, a “sua” razão... Mas nem tudo é tão simples. Se todos tivessem a mesma percepção do conceito, não teriam existido na história tantas guerras chamadas “civis” por uns e “de liberação” por outros – e que ninguém procure similitudes nestas palavras com as utilizadas em relação à Guerra da Espanha (1936-39), conflito radicalmente distinto ao estudado aqui.

O dicionário da Real Academia Española (RAE) dá os seguintes significados ao termo “nação” (do latim. *natio* -ônis): 1. Conjunto dos habitantes de um país regido pelo mesmo governo.// 2. Território desse país.// 3. Conjunto de pessoas de uma mesma origem e que geralmente falam um mesmo idioma e têm uma tradição comum. Deixando à margem o componente romântico da utilização do termo quando se emprega, por exemplo, nos casos da “nação sioux” ou da “nação araucana” em contato com os colonos e conquistadores, podemos dizer que a “nação”, tal como geralmente a entendemos e cujo significado se refere o dicionário da ERA, surge ao finalizar a Idade Média e se desenvolve até nossos dias, abrangendo todo o globo terrestre.

De “nação” se deriva “nacionalismo”,

como “apego dos naturais de uma nação a ela e a quanto lhe pertence”, mas também como “ideologia que atribui entidade própria e diferenciada a um território e a seus cidadãos, e em que se fundam aspirações políticas muito diversas”, ou ainda, como “aspiração ou tendência de um povo ou raça a ter certa independência em seus órgãos reitores”. Como se pode ver, o significado do termo dá margem a que tanto sérvios como albanos-kosovares digam que “sua” Razão é a única válida. Com “nação” e “nacionalismo” está aparentado o termo “pátria”, como terra da ascendência masculina. Se a nação for o território de nosso país, a pátria é o receptáculo nacional de todos os valores, virtudes e desejos de nossos antepassados, encarnados em nós, pelos que se está disposto a lutar e a oferecer a vida. Outro termo não reconhecido pela RAE, mas utilizado por alguns autores e existente em outros idiomas, é “mátria” como terra do nascimento e do sentimento. “Pátria” teria, pois, uma significação ativa, centrífuga, realizadora e lutadora; complementar a “mátria” com uma significação passiva, centrípeta, conservadora e tranquilizadora. Aqui podemos nos alargar nas derivações com um apontamento sobre a expressão “mãe pátria”, utilizada pelas nações hispano-americanas ao referir-se à Espanha como mãe geradora das emancipadas pátrias (e as conseqüentes mátrias) americanas.

Toda pessoa verdadeiramente patriótica deveria estar disposta a lutar por sua nação e a morrer por sua pátria, sem entrar em valorações sobre a “legalidade” e “legitimidade” de um determinado conflito, no que, por outro lado, haveria múltiplos pontos de vista. Mas, também, devemos ter em conta que a Paz é um valor fundamental para o desenvolvimento

dos povos e a situação à qual deveriam tender todas as comunidades e nações. Os conflitos produzem efeitos cada vez mais desastrosos sobre as pessoas, por isso, se devem articular procedimentos e executar ações que os limitem. À margem deste espírito conciliador que deve presidir a relação entre os povos, devemos ter presente que as nações não são entes fixos e imutáveis; vivem como sua comunidade. Vimos ao longo da história nascerem, se desenvolverem e desaparecerem muitas nações, por diferentes causas. Vimos nações se desintegrarem e outras se dilatarem. Onde estaria, pois, o segredo da permanência, da vitalidade e da energia de uma nação? Julgamos que está na “Vontade”, a um tempo, consciente e visceral, de seus habitantes de permanecerem juntos em uma mesma empresa comum, somando ímpetus das semelhanças e extraindo energias fecundantes de suas diferenças. Quando parte de uma nação se segrega para formar outra diferente, esse fato supõe um fracasso do projeto nacional que, ou estava inscrito em sua origem por grave defeito de fundação, ou o povo e seus governos não souberam encontrar o instrumento para descobrir, manter e desenrolar essa “Vontade” de que falávamos acima. Para encontrar essa chave, valem, não só, políticas repressivas, pois estas poucas vezes convencem as pessoas, são também necessárias políticas integralizantes. Em todo caso, e se essa segregação ou desagregação se apresente inevitável, haveria que ser feito o máximo esforço para que fosse pacífica.

Apliquemos o dito ao caso kosovar: a história enfrentou sempre albanos e sérvios; o território do Kosovo sempre teve maioria sérvia até meados do século XX; a Sérvia sente o Kosovo como o berço de sua nacionalidade; os acordos de Dayton,

que pacificaram a Bósnia-Herzegovina (B-H) e, conforme parecia, resolviam definitivamente o problema nos Bálcãs, não se referiam, em nada, ao Kosovo, o que na Sérvia se entendeu como reconhecimento da soberania sérvia sobre o território.

Mas, se na antiga Yugoslávia, além das independências pactuadas (pacíficas ou não) da ex-República Yugoslava da Macedônia (FYROM), da B-H ou Montenegro, já há precedentes de declarações unilaterais de independência – casos da Eslovênia e da Croácia – imediatamente reconhecidas pela “comunidade internacional”, então, por que este “caso único” (segundo a UE) divide essa comunidade internacional?. Deixando de lado os possíveis interesses geopolíticos e econômicos dos atores que propiciaram e agora reconheceram o Kosovo independente, o certo é que a Sérvia reconheceu a inviabilidade do Estado Yugoslavo – inscrita já em suas origens de 1918 e obviada em sua reconstrução de 1945 – e cedeu direitos e territórios, a exemplo, o enclave de 300.000 sérvios na Krajina croata. Durante a progressiva desintegração yugoslava, jamais se tratou sobre o Kosovo, apesar dos acontecimentos recomendarem, enquanto o fortalecimento do UÇK e a debilitação do Estado Sérvio esvaziaram, cada vez mais, o território kosovar de sérvios. Com a intervenção da OTAN, a fuga de sérvios foi maciça, se consolidando o domínio absoluto institucional e demográfico albanos-kosovar, apesar do estabelecimento da missão da KFOR.

Supõe-se que, não só os países que se negam ao reconhecimento, mas também os outros, são partidários de manter vivo e possante o Direito Internacional. Portanto, haveria uma diferença de interpretação sobre o surgimento dessa nova nação no espaço internacional. O pro-

blema, então, não seria tanto o fato em si, mas sim, em especial, o modo de se produzi-lo. José María Aznar, presidente do Governo Espanhol em 1999, em um artigo publicado na imprensa italiana, em 21 de fevereiro de 2008, dizia que como “ajuste de contas” depois da intervenção da OTAN em 1999 “a maioria kosovar-albanesa maltratou a minoria sérvia”, por isso, “reconhecer o Kosovo desta maneira equivale a dar crédito à limpeza étnica, esta vez pelo outro lado”. E termina o artigo dizendo: “no momento, esta questão se transformou em um grande engano do qual nós mesmos somos culpáveis”.

4 O KOSOVO INDEPENDENTE E A EUROPA

Alguns comentaristas manifestam que o oferecimento de integração da Sérvia à EU leva implícita a renúncia desta ao Kosovo e que se a Sérvia eleger a opção de sua soberania sobre o Kosovo, ficaria sem os dois. Ressaltam, também, a curiosa oferta de integração europeia, ao tempo em que se cria uma nova nação independente. O certo é que os Balcãs devem ser pacificados de uma vez por todas. A Europa não se pode permitir ter em seu extremo sudeste um conflito sangrento em vidas humanas e energias sócio-políticas. Mas a pergunta surge imediatamente: a forma como se deram os fatos, e a pacificação – precária, mas com avanços – que os acordos de Dayton propiciaram aos Balcãs, vão pelo mesmo caminho ou se interferem? As declarações da Sérvia e da Rússia referidas mais acima são uma amostra, ou um aviso, do que poderia vir em cima dos europeus na Moldávia, Bósnia, Geórgia, Azerbaijão e outros territórios do antigo continente. Está claro que o desejo dos albanos-kosovares obteve êxito pelo apoio dos EUA e da maioria de

países da EU, a qual, para justificar sua posição, tratou, na Resolução antes comentada, o Kosovo como um “caso único”. Mas todos os casos são únicos, até que apoios importantes resultem em um “caso similar”.

5 O IMPACTO GLOBAL DO KOSOVO

O caso que nos ocupa pode ter duas direções de influência no âmbito global. A primeira em relação com o fato em si e a segunda com o modo de realizar-se. Há inumeráveis regiões em outros continentes, além do europeu, com características parecidas com as que se dão no Kosovo. Não vale dizermos que não coincidem todas e cada uma, pois esses territórios se verão com o mesmo direito – internacional – de decidir sobre seus destinos; quer dizer, se consagraria o princípio de autodeterminação dos povos sem limitações. Assim, longe de tranquilizar as possíveis zonas em conflito, as vão agitar mais. Insistimos em que se não encontrarem apoios definitivos não o vão conseguir, mas isso seria claudicar ante a lei do mais forte e dar por quitadas as regras internacionais de convivência. Seguir-se-ia falando de paz no mundo, ao mesmo tempo em que se estaria trabalhando contra ela.

Em relação à segunda direção de influência, deveríamos recordar que, como dissemos anteriormente, as operações da OTAN de 1999 se desencadearam apoiadas em razões “humanitárias” para deter as ações de “limpeza étnica” realizadas pelos sérvios contra os albanos-kosovares, razões morais muito louváveis; mas não avalizadas pela ONU, embora esta, para legitimar um fato consumado, tenha ditado a Resolução de Nº 1244, ainda vigente, legitimando o envio das forças pacificadoras da KFOR. Estas seguirão tendo a

mesma missão, mas em um cenário político completamente diferente. Essa ação da Aliança estabelece um perigoso precedente, pois qualquer nação poderia se achar no direito – também internacional – de intervir em territórios estrangeiros por motivos “humanitários”, de “segurança”, “meio-ambientais”... Muitos autores defendem que a globalização da economia exige fronteiras difusas e uma soberania relativa ou limitada. Então, ao hipertrofiado princípio de autodeterminação de que falamos no parágrafo anterior, haveríamos que lhe acrescentar o princípio de “ingerência indefinida”... Se isso se confirmasse, estaríamos conduzidos a um mundo inseguro e desequilibrado, onde, não só as grandes potências imporiam sua vontade sem nenhuma vergonha, mas também – o que é ainda mais sério –, os grandes grupos econômicos que, como conjuntos de empresas não públicas que são, só procuram seu próprio benefício e não o bem comum.

É óbvio que em nossa condição de militares não somos os mais indicados para julgarmos as decisões dos Governos, inclusive estrangeiros, nem as dos organismos multinacionais aos quais pertencem nossas nações e com quem temos um compromisso de lealdade para a consecução da segurança e da paz. Nós somos integrantes de uma instituição do Estado que, além de estar comprometida na segurança nacional, é um dos instrumentos com que os Governos contam para desenvolver sua política externa, e nos devemos ater só a suas decisões, mas, também, está em nossa mão assinalar, para as acautelares, as conseqüências negativas que os acontecimentos futuros possam provocar. Este é, no fundo, o objetivo deste trabalho.

6 CONCLUSÕES

Por fim, depois de muitos anos de sofrimentos, os albaneses do Kosovo alcançaram seu sonho de soberania. O título deste trabalho o ressalta: o Kosovo já é independente... mas, de quem? A Sérvia o seguirá reclamando durante não sabemos quanto tempo, mas sua soberania já não é efetiva. Tampouco é efetiva a soberania kosovar sobre o território, pois para sua sobrevivência dependerá, por muito tempo, do amparo da UE e da custódia de forças multinacionais. Acreditamos que o fato será, não sabemos por quanto tempo, um ponto de fricção na Europa. Por outro lado, o desenlace natural da pretensão nação kosovar seria unir-se a seus irmãos da Albânia. Se para alguns foi um absurdo o Estado Sérvio incluindo o Kosovo, não é igual absurdo a existência de dois estados albaneses contíguos? Esta possibilidade revitalizaria ainda mais a crise. Levamos um século de despropósitos nos Balcãs, e já está chegando a hora de que as soluções adotadas se façam com visão de futuro.

Ouve-se dizer que a geopolítica ressuscitou, e mais, há os que dizem que nunca morreu. Pois bem, a Europa continental, sem a Rússia, encontra-se no campo de interesses da “grande ilha” (conjunto das Américas do Norte e do Sul), potência talasocrática (do grego talasós: mar) por excelência; mas, também, como parte que é do continente euro-asiático, a “terra coração” tem interesses próprios devidos a sua condição. O enfrentamento com a Rússia, a potência geocrática (do grego geós: terra) que tenta manter com muita dificuldade sua anterior hegemonia soviética, e o desfalecimento de seu poder, tendo em conta o despertar acelerado da China na cena mundial aspirando a ser

a nova potência geocrática hegemônica, não convém de maneira nenhuma à Europa, por mais apoio norte-americano que tiver. A iniciativa do “escudo antimísseis” nos países europeus orientais ex-soviéticos, para prevenir possíveis ataques com mísseis desde países “fracassados”, está criando uma grande tensão com a Rússia – onde há um escudo, há uma lança e uma espada... –, cujas conseqüências políticas e econômicas afetarão a Europa toda. A crise do Kosovo é vista pela Rússia como outra volta de porca para lhe imobilizar, tendo em conta a situação das ex-repúblicas soviéticas asiáticas e a presença ocidental no Iraque e Afeganistão, para não dizer de uma hipotética futura intervenção no Irã. Isso se pode ver em um mapa-múndi, onde se acham os principais conflitos da atualidade, além do eterno conflito palestino.

Muito se terão que empregar os diplomatas e grandes doses de generosidade dos Estados terão que se dar para que o Kosovo não passe de ser um fato feliz para uns e irritante para outros. Muito se terá que trabalhar para que a EU, através de

suas possibilidades e de sua estrutura econômica, possa fazer com que os sérvios sejam capazes de, uma vez mais, acordar, mas não de esquecer o que, por muito tempo, não poderá ser esquecido. E muito se terá que trabalhar para fazer que os albanos-kosovares, seja qual for o status político do Kosovo (nos temendo que seja irreversível), evitem qualquer provocação aos sérvios. A única opção para que o Kosovo e outros territórios, também “casos únicos”, não incrementem a instabilidade iniciando um caminho confuso e destrutivo, é o fortalecimento político e militar da UE. A União Européia deve converter-se na Europa Unida, desenvolvendo uma forte política de coesão para alcançar o quanto antes o peso político e militar acorde com o peso econômico que tem, sem renunciar a seus interesses atlânticos. Não se deve perder tempo, pois nos encontraremos com muitos óbices, antigos e novos, mas acreditamos que não falta o fundamental para conseguir o triunfo, que é a Vontade da que falávamos mais acima, imprescindível para darmos à luz uma Grande Nação, a Europa.



KFOR KOSOVO



KFOR
35 países
24 OTAN Y 11 NO OTAN
CG KFOR PRISTINA
CG MNTF (W)..... PEC
AGRUPACIÓN..... ISTOK
AGRUPACIÓN MNTF liderada por IT.

(*)O autor é Coronel de Cavalaria (Quadro de Estado-Maior Ativo) do Exército Espanhol. É Oficial Instrutor de Nação Amiga na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro (OINA/ECEME/BR) e Oficial de Ligação e Representante do Exército Espanhol ante o Departamento de Educação e Cultura (DECEX) e o Comando de Operações Terrestres (COTER), ambos do Exército Brasileiro.(EMail: pperezma@yahoo.com)